

1

SEMÂNTICA*

Roberta Pires de Oliveira

1. INTRODUÇÃO

Definir o objeto de estudos da Semântica não é uma tarefa simples. Podemos afirmar que a Semântica busca descrever o “significado” das palavras e das sentenças, mas devemos, então, definir esse conceito. O problema é que não há consenso entre os semanticistas sobre o que se entende por “significado”. Uma das dificuldades de definirmos esse termo se deve ao fato de que ele é usado para descrever situações de fala muito diferentes. Vejamos: em “Qual é o significado de *mesa*?”, indagamos sobre o significado de um termo, *mesa*; em “Qual o significado de sua atitude?”, perguntamos sobre a intenção não-lingüística de nosso interlocutor. Falamos ainda sobre o significado de um livro, o significado da vida, o significado do verde no semáforo, o significado da fumaça (“O que significa aquela fumaça?”) e sobre muitos outros significados. Se tentamos abarcar todas essas situações e outras em que o termo aparece, minamos o próprio projeto de se construir uma teoria científica sobre o significado, porque já não saberemos mais o significado de “significado”¹.

* Agradeço aos vários alunos que leram versões deste capítulo, em especial a Fabiano Fernandes e Maria Saete M. de Lima.

1. Sobre o significado de “significado”, o texto clássico é de Osgden & Richards (1976).

Daí a afirmação do filósofo Putnam: “o que atrapalha a Semântica é ela depender de um conceito pré-teórico de ‘significado’”².

A esta dificuldade se soma ainda outra: a problemática do significado transborda as próprias fronteiras da Lingüística, porque ela está fortemente ligada à questão do conhecimento. Responder a como é que atribuímos significado a uma cadeia de ruídos implica adotar um ponto de vista sobre a aquisição de conhecimento. É o significado uma relação causal entre as palavras e as coisas? Será ele uma entidade mental? Ele pertence ao indivíduo ou à comunidade, ao domínio público? Essas perguntas, caras ao semantista, levam inevitavelmente a enfrentar a questão espinhosa da relação entre linguagem e mundo e consequentemente a buscar uma resposta sobre como é possível (se é que é possível) o conhecimento.

Se não há acordo sobre as questões anteriormente levantadas, então há várias formas de se descrever o significado. Há várias semânticas. Cada uma elege a sua noção particular de significado, responde diferentemente à questão da relação linguagem e mundo e constitui, até certo ponto, um modelo fechado, incomunicável com outros. O estruturalismo de vertente saussureana, por exemplo, definia o significado como uma unidade de diferença, isto é, o significado se dá numa estrutura de diferenças com relação a outros significados. Assim, o significado de uma palavra se define por não ser um outro significado: *mesa* se define por não ser *cadeira*, *sofá*, *abajur*. Nesta perspectiva, o significado não tem nada a ver com o mundo, *mesa* não é o nome de um objeto no mundo, é a estrutura de diferença com *cadeira*, *sofá*, *abajur*. Essa postura pode implicar uma posição relativista, já que cada língua, cada sistema de diferenças, institui sua própria racionalidade³. Já para a Semântica Formal o significado é um termo complexo que se compõe de duas partes, o sentido e a referência. O sentido de um nome, *a mesa da professora*, por exemplo, é o modo de apresentação do objeto/referência mesa da professora. Assim, no modelo lógico, a relação da linguagem com o mundo é fundamental.

Para a Semântica da Enunciação, herdeira do estruturalismo, o significado é o resultado do jogo argumentativo criado na linguagem e por ela. Diferentemente do estruturalismo, *mesa*, na Semântica da Enunciação, significa as diversas possibilidades de encadeamentos argumentativos das quais a palavra pode participar. Seu significado é o somatório das suas contribuições em inúmeros

2. Putnam, H. The meaning of meaning. In: *Language, mind and knowledge*. Cambridge, Cambridge University Press, 1975.

3. Ver Ilari (1995).

fragmentos de discurso: “Comprei uma mesa”, “Senta ali na mesa...”. Para a Semântica Cognitiva, *mesa* é a superfície lingüística de um conceito, o conceito mesa, que é adquirido por meio de nossas manipulações sensorio-motoras com o mundo. É tocando coisas que são mesas que formamos o conceito pré-lingüístico mesa que aparece nas práticas lingüísticas como *mesa*. Esse conceito tem estrutura prototípica, porque se define pelo membro mais emblemático: um objeto de quatro pernas.

A pluralidade de semânticas será ilustrada pela apresentação das linhas mestras de três formas de fazer semântica: a Semântica Formal, a Semântica da Enunciação e a Semântica Cognitiva. A escolha desses modelos procura refletir o atual estado-da-arte em Semântica no Brasil.⁴ Buscaremos mostrar como um fenômeno lingüístico, a pressuposição recebe um tratamento diferenciado em cada abordagem. Na sentença “O homem de chapéu saiu” há, segundo a Semântica Formal, uma pressuposição de existência: existe um e apenas um indivíduo tal que ele é homem e está de chapéu e saiu. A Semântica da Enunciação vê nesta mesma sentença a presença da polifonia, a voz de mais de um enunciador: uma fala que diz que há um indivíduo, outra, que ele está de chapéu e outra, que ele saiu. Finalmente, a Semântica Cognitiva descreve a sentença a partir da hipótese de que na sua interpretação formamos espaços mentais: o espaço mental em que há um homem. Esperamos que, ao final deste capítulo, o leitor não apenas seja capaz de diferenciar esses modelos de Semântica, mas consiga manipulá-los minimamente.

2. A SEMÂNTICA FORMAL

Iniciamos pela Semântica Formal porque historicamente ela antecede as demais, o que a torna o referencial teórico e o grande inimigo a ser destruído. A Semântica Formal descreve o problema do significado a partir do postulado de que as sentenças se estruturam logicamente⁵. Para ilustrar relações lógicas retomemos a análise de Aristóteles, um pioneiro neste tipo de estudo. Ao analisar o raciocínio dedutivo presente nas sentenças a seguir, Aristóteles mostra que há relações de significado que se dão independentemente do conteúdo das expressões. Vejamos:

4. O termo “modelo” é utilizado aqui de modo quase informal, como se ele não fosse em si mesmo problemático. Sobre a semântica no Brasil, ver Pires de Oliveira (1999).

5. A bibliografia em Semântica Formal é extensa. Manuais introdutórios são: Lyons (1977), Kempson (1980), Ilari & Geraldini (1985), Saeed (1997). Há muitos estudos sobre fenômenos do português brasileiro que adotam a perspectiva formal. Ver, entre outros, Ilari (1998), Negrão (1992), Borges (1991).

- (1) Todo homem é mortal.
 João é homem.
 Logo, João é mortal.

Se garantirmos que as duas primeiras sentenças, chamadas premissas, são verdadeiras, concluímos a terceira. Estamos diante de uma relação entre conjuntos: o conjunto dos homens está contido no conjunto dos mortais; se João é um componente do conjunto dos homens, então ele é necessariamente um componente do conjunto dos mortais. O interessante é que este raciocínio se garante apenas pelas relações que se estabelecem entre os termos, independentemente do que *homem* ou *mortal* significam. Se alterarmos as expressões e mantivermos as relações, o raciocínio será sempre válido. Experimente verificar se o raciocínio seguinte é válido e justificar sua validade: Todo cachorro tem 4 patas; Bela é um cachorro; logo, Bela tem 4 patas.

Essas são relações lógicas, ou formais, porque podemos representá-las por letras vazias de conteúdo, mas que descrevem as relações de sentido. Podemos, pois, dizer que “se A é um conjunto qualquer que está contido em um outro conjunto qualquer, o conjunto B, e se *c* é um elemento do conjunto A, então, *c* é um elemento do conjunto B”.

A Semântica, em geral, deve muito à definição de significado estabelecida pelo lógico alemão Gottlob Frege (1848-1925). Frege nos legou pelo menos duas grandes contribuições: a distinção entre sentido e referência e o conceito de quantificador. Esse autor afirma que o estudo científico do significado só é possível se diferenciarmos os seus diversos aspectos para reter apenas aqueles que são objetivos. Ele exclui da Semântica o estudo das representações individuais que uma dada palavra pode provocar. Ao ouvir o nome próprio *estrela da manhã*, formo uma idéia, uma representação, que é só minha, uma vez que ela depende de minha experiência subjetiva no mundo. O estudo desse aspecto do significado cabe à Psicologia. À Semântica cabe o estudo dos aspectos objetivos do significado, isto é, aqueles que estão abertos à inspeção pública. Sua objetividade é garantida pela uniformidade de assentimento entre os membros de uma comunidade. Eu e você temos representações distintas de estrela – você talvez a associe a um sentimento nostálgico, eu, à euforia das viagens espaciais –, mas compartilhamos o sentido de *estrela*, já que sempre concordamos quando alguém diz *estrela* apontando um certo objeto no céu que reconhecemos como estrela. Nós também concordamos em discordar do uso de *estrela* para se referir à lua, a menos que estejamos diante de algum tipo de uso indireto da palavra ou de um engano. O sentido de um nome próprio como *estrela da ma-*

nhã é o que nos permite alcançar, falar sobre, um certo objeto no mundo da razão pública, o planeta Vênus, a sua referência.

O sentido é, pois, o que nos permite chegar a uma referência no mundo. Frege (1978) precisa dessa distinção porque sem ela não é possível explicar a diferença entre:

- (2) A estrela da manhã é a estrela da manhã.
 (3) A estrela da manhã é a estrela da tarde.

A sentença (2) é uma tautologia, uma verdade óbvia que independe dos fatos no mundo. Daí seu grau de informatividade tender a zero. Já em (3), afirmamos uma igualdade, cuja veracidade deve ser verificada no mundo. Se, de fato, aquilo que denominamos *estrela da manhã* é o mesmo objeto que denominamos *estrela da tarde*, então, quando aprendemos que *a estrela da manhã é a estrela da tarde* aprendemos uma verdade sobre o mundo: que podemos nos referir ao planeta Vênus de pelo menos duas maneiras diferentes. A sentença (3) expressa uma verdade sintética, isto é, uma verdade que só pode ser apreendida pela inspeção de fatos no mundo, por isso ela pode nos proporcionar um ganho real de conhecimento. Ela exprime uma descoberta da Astronomia: a estrela da manhã não era, como se pensava desde os gregos, uma estrela diferente da estrela da tarde, mas o mesmo planeta Vênus. *Estrela da manhã* e *estrela da tarde* são dois caminhos para se chegar à mesma referência.

Só conseguimos explicar a diferença entre as sentenças (2) e (3) se distinguimos sentido de referência: embora ambas as sentenças tenham a mesma referência, elas expressam pensamentos diferentes. Se o sentido é o caminho que nos permite alcançar a referência, quando descobrimos que dois caminhos levam à mesma referência, aprendemos algo sobre esse objeto, sobre o mundo. Todos nós já experimentamos a sensação de entusiasmo quando de repente descobrimos que $3 + 3$ é o mesmo que $10 - 4$. Ao tomarmos consciência da igualdade, descobrimos dois caminhos, dois sentidos, para alcançarmos a mesma referência, o número 6. Uma mesma referência pode, pois, ser recuperada por meio de vários sentidos. Considere a cidade de Florianópolis. Podemos nos referir a ela por meio de diferentes sentidos: *a cidade de Florianópolis*, *Florianópolis*, *a capital de Santa Catarina*, *a ilha da magia...* Você certamente já viveu a experiência de descobrir que Florianópolis é a capital de Santa Catarina, isto é, de falar de um objeto, a cidade de Florianópolis, de modos distintos. Atente para a distinção entre linguagem e mundo: *Florianópolis* e Florianópolis.

Para esclarecer a diferença entre sentido e referência, Frege propõe uma analogia com um telescópio apontado para a lua. A lua é referência: sua existên-

cia e propriedades independem daquele ou daquela que a observa. Ela pode, no entanto, ser olhada a partir de diferentes perspectivas, e observá-la de um ângulo pode nos ensinar algo novo sobre ela. A imagem da lua formada pelas lentes do telescópio é o que tanto eu quanto você vemos. Essa imagem compartilhada é o sentido. Ao mudarmos o telescópio de posição, vemos uma face diferente da mesma lua, alcançamos o mesmo objeto por meio de outro sentido. Lembremos que a imagem mental que cada um de nós forma da imagem objetiva do telescópio está fora dos interesses da Semântica.

O sentido só nos permite conhecer algo se a ele corresponder uma referência. Em outros termos, o sentido permite alcançarmos um objeto no mundo, mas é o objeto no mundo que nos permite formular um juízo de valor, isto é, que nos permite avaliar se o que dizemos é falso ou é verdadeiro. A verdade não está, pois, na linguagem, mas nos fatos do mundo. A linguagem é apenas um instrumento que nos permite alcançar aquilo que há, a verdade ou a falsidade. Por isso, para Frege, mas não para a Semântica Formal contemporânea, sentenças que falam de personagens fictícios carecem de valor de verdade. Uma sentença ficcional, por exemplo “Papai Noel tem a barba branca”, não pode ser cognitiva, porque ela não se refere a um objeto real.

Intervalo I

Se você entendeu bem essa estória de sentido e referência, diga qual a referência de: *a capital da França, Paris, Paris é a capital da França*. A seguir descreva a cidade do Rio de Janeiro através de diferentes sentidos⁶.

Para Frege (1978), um nome próprio deve ter sentido e referência. *Florianópolis* e *a capital de Santa Catarina* são dois nomes próprios, porque têm sentido e nos permitem falar sobre um objeto no mundo, a cidade de Florianópolis. Os nomes próprios são saturados porque eles expressam um pensamento completo e podemos, por meio deles, identificar uma referência. Há, no entanto, expressões que são incompletas, que não nos possibilitam chegar a uma referência, porque não expressam um pensamento completo. Esse é o caso da expressão *ser capital de*. Como não expressa um pensamento completo, ela não serve para alcançarmos uma referência. Além disso, é fácil notar que a expressão *ser capital de* é recorrente em inúmeras sentenças:

- (4) São Paulo *é a capital de* São Paulo.
- (5) São Paulo *é a capital de* Santa Catarina.

6. Indicações de respostas aparecem no final deste capítulo.

- (6) Florianópolis *é a capital de* Santa Catarina.
- (7) Florianópolis *é a capital de* São Paulo.

As sentenças anteriores são nomes próprios porque elas expressam um pensamento completo e têm uma referência. Em (4) e (6), a referência é a verdade, já que de fato São Paulo é a capital de São Paulo e Florianópolis é a capital de Santa Catarina; em (5) e (7), a referência é o falso. O que se repete nessas sentenças é a expressão *ser capital de*, uma expressão insaturada. Para expressar um pensamento completo, a expressão deve ser preenchida em dois lugares: um que a antecede, outro que a sucede. Esses vazios são chamados argumentos. A expressão insaturada chama-se predicado. O predicado *ser capital de* é um predicado de dois lugares, porque há dois espaços a serem preenchidos por argumentos: _____ *ser capital de* _____. Podemos, no entanto, transformá-lo em um predicado de um lugar: _____ *ser a capital de* São Paulo, por exemplo. Você conseguiria recortar diferentes predicados de um lugar a partir das sentenças de (4) a (7)? São Paulo *é a capital de* _____; Florianópolis *é a capital de* _____; _____ *é a capital de* Florianópolis são alguns exemplos.

O contraste que Frege constrói é, pois, entre funções incompletas, isto é, aquelas que comportam pelo menos um espaço e pedem, portanto, pelo menos um argumento, e funções completas, que remetem a uma referência. Uma expressão insaturada combinada com um argumento gera uma expressão completa, um nome próprio, que tem como referência um valor de verdade, isto é, o verdadeiro ou o falso. Podemos entender o predicado como uma máquina, que toma elementos ou que os relaciona. Em (4), o predicado *ser capital de* relaciona *São Paulo* com *São Paulo*, gerando o nome próprio, *São Paulo é a capital de São Paulo*, que tem sentido, expressa um pensamento, e tem uma referência, a verdade.

O predicado pode ser preenchido por um nome próprio, como nos exemplos dados, mas ele pode também ser preenchido por outro tipo de argumento, a expressão quantificada. Uma expressão quantificada indica um certo número de elementos, daí o termo quantificador. Vejamos alguns exemplos de sentenças quantificadas:

- (8) Uma cidade de Santa Catarina *é a capital de* Santa Catarina.
- (9) Todos os homens *são* mortais.
- (10) Todos os meninos *amam* uma professora.

Em (8), afirmamos que há uma cidade de Santa Catarina tal que esta cidade é a capital daquele Estado, embora a sentença não especifique que cidade é

essa. Em (8) temos um exemplo de quantificador existencial. Já a sentença (9) comporta um quantificador universal que pode ser informalmente traduzido por “o predicado ‘ser mortal’ se aplica a todos os elementos aos quais se aplica o predicado ‘ser homem’”. Na sentença (10) temos a presença de dois quantificadores combinados: o universal (todos) e o existencial (uma). Essa sentença pode ter duas interpretações, ou, em termos técnicos, ela é ambígua: para todo aluno há pelo menos uma professora que ele ama — trata-se de uma leitura distributiva —; há uma única professora que todos os alunos amam. No primeiro caso, o quantificador universal antecede o existencial; no segundo, inverte-se a situação de modo que o existencial precede o universal.

Os quantificadores podem, pois, se combinar e sua combinação produz interpretações distintas. O modo como combinamos operadores, e os quantificadores são um tipo de operador, é extremamente importante porque sua combinação explica um tipo de ambigüidade, a ambigüidade semântica. Considere a sentença:

(11) O João não convidou só a Maria.

Você consegue enxergar duas interpretações para ela? A sentença (11) pode descrever duas situações bem distintas: ou o João só não convidou a Maria, ou o João não só convidou a Maria, mas também outras pessoas. A diferença entre essas interpretações é explicada pelo modo como se combinam os operadores *não* e *só*: ou o *não* atua sobre o *só*, gerando não só, ou o *só* atua sobre o *não*, produzindo só não. Esta relação em que um operador atua sobre um certo domínio tem sido denominada de escopo: na primeira leitura, o operador *só* tem escopo sobre a negação; na segunda, é a negação que tem escopo sobre o *só*: “O João não só convidou a Maria”.

Intervalo II

1. Considere as seguintes sentenças. Recorte-as segundo os conceitos de predicado e argumento em Frege:

- João é casado com Maria.
- Maria é brasileira.
- Oscar é jogador de basquete.

2. A partir dos conceitos de quantificador universal e existencial e da noção de escopo, descreva as sentenças abaixo:

- Todo homem é casado com alguma mulher.
- Um homem é casado com todas as mulheres.
- A Maria não dançou só com o Pedro.

Considere agora a sentença:

(12) O presidente do Brasil é sociólogo.

Ela se compõe de um nome próprio, *o presidente do Brasil*, e de um predicado de um lugar, *ser sociólogo*. O problema é o nome próprio *o presidente do Brasil*. Note que neste sintagma afirma-se que há uma e apenas uma pessoa tal que esta pessoa é presidente do Brasil. Chamamos a esse tipo de sintagma de descrição definida. Uma descrição definida caracteriza-se por ser uma expressão nominal introduzida por um artigo definido⁷. É possível tratá-la como um tipo particular de operador: aquele que afirma existir um e apenas um elemento tal que este elemento tem determinada propriedade. Se a sentença (12) for proferida em 1999, então a referência da descrição definida é Fernando Henrique Cardoso. Dessa entidade no mundo é predicada a propriedade “ser sociólogo”. Neste momento, ela é verdadeira, já que há um e apenas um presidente do Brasil, Fernando Henrique Cardoso, e ele é sociólogo. Evidentemente, se a sentença fosse proferida em 1991, ela seria falsa, já que o então presidente do Brasil, Fernando Collor de Mello, não é sociólogo. O artigo definido carrega uma marca de *dêixis*, isto é, ele remete à situação em que a sentença é proferida.

Até aqui não há problema. Note, no entanto, que para atribuímos um valor de verdade à sentença (12), imaginamos que existe alguém com aquelas propriedades. Para Frege, essa pressuposição de existência faz parte das condições de verdade da sentença, mas não do seu sentido. Em outros termos, a sentença (12) expressa um pensamento completo, mas para atribuímos a ela um valor de verdade pressupomos a existência de uma entidade da qual predicamos algo. Essa pressuposição existencial não é semântica. Frege mantém que se a pressuposição fosse semântica, então a negação da sentença seria ambígua. Vejamos:

(13) O presidente do Brasil não é sociólogo.

Se a pressuposição fosse semântica, afirma Frege, então (13) significaria: ou não existe um presidente do Brasil ou o presidente do Brasil não é sociólogo. No entanto, em (13), não negamos a existência de alguém que é presidente do Brasil, mas a afirmação de que ele é sociólogo. Isto é, a pressuposição de que existe alguém que é presidente se mantém inalterada na negação, por isso ela não se confunde com o conteúdo da sentença⁸.

7. Sobre definição definida, ver Ducrot (1979).

8. A pressuposição seria, portanto, pragmática. Ver o capítulo “Pragmática” neste volume.

Mas imagine que (12) seja proferida num momento em que não há presidente do Brasil. Se, por exemplo, ela fosse proferida em 1888, quando vivíamos ainda na Monarquia, será que ela teria valor de verdade? Essa questão gerou muita discussão na Semântica Lógica. A solução de Frege caminha paralelamente à solução com relação aos nomes próprios que indicam seres imaginários, o Batman, por exemplo: sentenças que se referem a seres ou coisas que não têm existência real, isto é, sentenças cuja pressuposição de existência é falsa, têm sentido, mas não têm referência. Elas não são nem verdadeiras nem falsas.

Bertrand Russell propõe uma outra solução. Ele trata o artigo definido *o* como um quantificador. Como já vimos, os operadores podem se combinar. Assim, dado que o artigo definido é um quantificador e que o *não*, um operador que incide sobre a proposição ou parte da proposição alterando-lhe o valor de verdade, então entre eles se estabelecem relações de escopo. A sentença (13) seria, portanto, ambígua: a negação pode ter escopo sobre o artigo definido, e teremos a forma lógica (14) a seguir, ou o artigo definido tem escopo sobre a negação, e a forma lógica será (15):

- (14) [não [existe um apenas um indivíduo tal que [ele é presidente] e [é sociólogo]]]
 (15) [existe um e apenas um indivíduo tal que [ele é presidente] e [não [é sociólogo]]]

A proposta de Russell trata a pressuposição existencial como parte do conteúdo da sentença. Neste caso, proferir a sentença (12) quando não existe alguém que é presidente do Brasil é afirmar uma falsidade.

Independentemente dessa controvérsia, a Semântica Formal considera que há pressuposição quando tanto a verdade quanto a falsidade da sentença dependem da verdade da sentença pressuposta. Há muitos tipos de pressuposição. A sentença (16) contém uma pressuposição, mas dessa vez não se trata de uma pressuposição existencial:

- (16) Maria parou de fumar.

Para que eu possa atribuir um valor de verdade a essa sentença, devo pressupor que seja verdade que Maria fumava. Se Maria nunca fumou, então ter parado de fumar é algo que simplesmente não se aplica a Maria: não é nem verdadeiro nem falso.

Intervalo III

A partir das noções de escopo e operador descreva a ambigüidade presente na sentença a seguir:

- (1) O rei da França não é calvo.

Determine se há pressuposição na sentença abaixo e justifique sua resposta:

- (2) João lamenta a morte do pai.

A década de 1970 conheceu uma explosão de trabalhos sobre a pressuposição. Salienta-se, dentre eles, o trabalho de Oswald Ducrot que, certamente influenciado pelos trabalhos de Émile Benveniste e pela escola francesa de Análise do Discurso,⁹ se opõe veementemente ao tratamento que a Semântica Formal oferece para a pressuposição em particular e para o significado em geral. Suas críticas e análises possibilitaram a formação de um outro modelo: a Semântica da Enunciação.

3. A SEMÂNTICA DA ENUNCIÇÃO

A visão de linguagem que, segundo Ducrot, subsidia a Semântica Formal é inadequada porque, argumenta o autor, ela se respalda num modelo informacional, em que o conceito de verdade é externo à linguagem. Na Semântica Formal, a linguagem é um meio para alcançarmos uma verdade que está fora da linguagem, o que nos permite falar objetivamente sobre o mundo e, conseqüentemente, adquirir um conhecimento seguro sobre ele. É possível que o conceito de referência em Frege esteja mesmo revestido de tal realismo: a metáfora do telescópio deixa claro que o objeto descrito, a lua, não é uma função da descrição dada, do sentido. É o nosso conhecimento da lua que depende do sentido. Vemos a mesma lua a partir de pontos de vista diferentes, não vemos luas diferentes. A diferença é sutil, mas necessária para distinguirmos entre semânticas ditas objetivistas ou realistas, que postulam uma ordem no mundo que dá conteúdo à linguagem, e semânticas mais próximas do relativismo, que acreditam que não há uma ordem no mundo que seja dada independentemente da linguagem e da história. A linguagem constitui o mundo, por isso não é possível sair fora dela. A Semântica da Enunciação certamente se inscreve nessa perspectiva, mas há abordagens formais que não se vinculam a uma metafísica realista¹⁰.

9. Ver o capítulo "Análise do Discurso", neste volume.

10. Sobre o assunto, ver Haack (1978).

De qualquer modo, para a Semântica da Enunciação, a referência é uma ilusão criada pela linguagem. Estamos sempre inseridos na linguagem: é o fato de que utilizamos dêiticos — termos cujo conteúdo é a remissão à externalidade lingüística, os pronomes *isto*, *eu*, *você*, o artigo definido *o*, por exemplo — que nos dá a sensação/ilusão de estar fora da língua. Estamos, no entanto, sempre fechados nela e por ela. A Semântica Formal, diz Ducrot, cai na ilusão, criada pela própria linguagem, de que ela se refere a algo externo a ela mesma, de onde ela retira a sua sustentação. A linguagem, afirma Ducrot, é um jogo de argumentação enredado em si mesmo; não falamos sobre o mundo, falamos para construir um mundo e a partir dele tentar convencer nosso interlocutor da nossa verdade, verdade criada pelas e nas nossas interlocuções. A verdade deixa, pois, de ser um atributo do mundo e passa a ser relativa à comunidade que se forma na argumentação. Assim, a linguagem é uma dialogia, ou melhor, uma “argumentalógica”; não falamos para trocar informações sobre o mundo, mas para convencer o outro a entrar no nosso jogo discursivo, para convencê-lo de nossa verdade¹¹.

Essa diferença de concepção da linguagem surte efeitos na forma como os fenômenos semânticos são descritos. Tomemos, em primeiro lugar, a questão da pressuposição. Se a linguagem não se refere, se a referência é interna ao próprio jogo discursivo, então também a pressuposição, seja ela existencial ou de qualquer outro tipo, é criada pelo e no próprio jogo de encenação que a linguagem constrói. A pressuposição não pode ser uma crença em algo externo à linguagem. É porque falamos de algo que esse algo passa a ter sua existência no quadro criado pelo próprio discurso. Nas versões mais atuais da Semântica da Enunciação, o conceito de pressuposição é substituído pelo de enunciador. Um enunciado se constitui de vários enunciadores que, por sua vez, formam o quadro institucional que referencia o espaço discursivo em que o diálogo vai se desenvolver. A pressuposição, um enunciador presente no enunciado, situa o diálogo no comprometimento de que o ouvinte aceita esta voz pressuposta. De tal sorte que negá-la seria romper o diálogo.

Retornemos ao exemplo do presidente do Brasil ser sociólogo. Quando enunciamos (12), comprometemos nosso ouvinte com o fato de que há um e apenas um presidente. O enunciado é polifônico porque encerra várias vozes. Na enunciação de (12), o locutor põe em cena um diálogo entre enunciadores. Vejamos:

11. Para uma introdução à Semântica da Enunciação, ver Ducrot (1979, 1987). A Semântica da Enunciação tem contribuído para a descrição de vários fenômenos semânticos do português brasileiro. Ver, entre outras análises, Vogt (1977), Koch (1984), Guimarães (1991).

- (17) O presidente do Brasil é sociólogo.
 E_1 : Há um e apenas uma pessoa.
 E_2 : Esta pessoa é presidente do Brasil.
 E_3 : Esta pessoa é sociólogo.

Essa estrutura polifônica deixa claro que pode haver dois tipos de negação. Note que diferentemente da Semântica Formal, a negação de (17) não será ambígua, porque não há duas formas lógicas. O que ocorre é que o ouvinte pode realizar diferentes tipos de negação: ele pode negar o enunciador E_1 , neste caso estamos diante de uma negação polêmica; mas ele pode negar o posto, o enunciador E_3 , neste caso temos uma negação metalingüística. Vejamos a análise do exemplo (16), retomado aqui:

- (18) Maria parou de fumar.
 E_1 : Maria fumava.
 E_2 : Maria não fuma mais.

A enunciação de (18) põe em jogo um enunciador que afirma que Maria fumava antes, trata-se do pressuposto, e outro que diz que ela já não fuma mais, o posto. Se negamos a fala do primeiro enunciador, realizamos uma negação polêmica; se negamos o posto, uma negação metalingüística.

Assim, as diferentes leituras, explicadas como ambigüidade estrutural pela Semântica Formal, são, para a Semântica da Enunciação, explicadas lançando mão do conceito de polissemia; em outras palavras, um mesmo enunciado se abre num leque de significados diferentes, mas relacionados. A Semântica Formal resolve o problema da ambigüidade por meio do conceito de escopo, enquanto na Semântica da Enunciação a noção de escopo não tem lugar e o problema se resolve via a hipótese de que há diferentes tipos de negação. O que explica as diferentes leituras da sentença (19) é a presença de uma série de enunciadores e diferentes tipos de negação.

- (19) O presidente do Brasil não é sociólogo.
 (19') E_1 : Há um presidente do Brasil.
 E_2 : Ele é sociólogo.
 E_3 : E_1 é falsa.
 (19'') E_1 : Há um presidente do Brasil.
 E_2 : Ele é sociólogo.
 E_3 : E_2 é falsa.

Em outras palavras: não se trata de uma diferença estrutural, mas de uma diferença entre tipos de negação. Assim, a pressuposição, na Semântica da Enunciação, se resolve pela hipótese da polifonia e, portanto, da existência de diferentes enunciadores, e a ambigüidade se desfaz pela determinação de diferenças de uso das palavras: o não-polêmico e o não-metalingüístico.

Eis um outro exemplo. Em resposta a alguém que diz que meu carro está mal estacionado, posso retrucar:

(20) Não, meu carro não está mal estacionado (porque eu não tenho carro).

Nesse caso, estou fazendo uso da negação polêmica, afinal estou negando o quadro criado pela fala do meu interlocutor, na medida em que nego o enunciador que afirma a existência de um carro que seja meu. Imagine agora a mesma situação, só que dessa vez o locutor tem um carro:

(21) Não, meu carro não está mal estacionado (porque está bem estacionado).

Nesse caso, estamos diante da negação metalingüística: o locutor retoma a fala do outro, que aparece na voz de um enunciador que afirma que o carro está mal estacionado, para negá-la. A sentença (21) pode ser descrita da seguinte forma:

(21') E_1 : Seu carro está mal estacionado.
 E_2 : A fala de E_1 é falsa.

Ducrot distingue ainda um terceiro tipo de negação, a negação descritiva. Nela o locutor descreve um estado do mundo negativamente; portanto, na sua enunciação não há um enunciador que retoma a fala de outro enunciador negando-a. Na enunciação de (22), o locutor pode estar descrevendo um estado do mundo utilizando a negação:

(22) Não há uma nuvem no céu.

Nesse caso, não há a retomada da fala de outro, mas a apresentação negativa de uma descrição. Evidentemente, não é possível definirmos o tipo de negação sem levarmos em consideração os encadeamentos discursivos em que a enunciação ocorre. (22) poderia comportar uma negação polêmica, desde que ela ocorresse em um outro contexto. Vale notar que a Semântica da Enunciação abre mão da idéia de que há sentença, entidade cujo sentido não depende do contexto em que ela é dita. Ao contrário, e por isto sempre falamos em enunciação, neste modelo só há cadeias discursivas.

Intervalo IV

1. Utilizando o arcabouço teórico da Semântica da Enunciação, descreva as leituras possíveis do enunciado "Meu livro não foi reeditado". A seguir descreva a ambigüidade por meio da noção de escopo da Semântica Formal.

A negação é, pois, um fenômeno de polissemia que, como dissemos, define-se por identificar usos distintos que são relacionados. É o caso de *televisão* utilizada para designar o aparelho e para designar a rede de transmissão. A mesma estratégia de multiplicação de sentidos aparece na descrição que a Semântica da Enunciação propõe para o operador *mas*. Para a Semântica Formal não há diferença semântica entre *e* e *mas*. Na forma lógica, ambos fazem o mesmo: garantem que o todo é verdadeiro se e somente se as partes que o compõem também forem verdadeiras. Assim as sentenças:

(23) João passou no concurso e não foi contratado.

(24) João passou no concurso, mas não foi contratado.

exprimem o mesmo conteúdo semântico: a sentença é verdadeira, em ambos os casos, se *João passou no concurso* é verdadeira e *João não foi contratado* é verdadeira. A diferença de significado é explicada pela Pragmática. A análise da Semântica da Enunciação dispensa a hipótese de que uma mesma forma lógica está presente nas duas sentenças. A diferença é descrita pela postulação de que *e* e *mas* são dois itens lexicais distintos. Ducrot dá um passo além afirmando que há dois *mas* que, em português, são homônimos, porque têm a mesma representação sonora e escrita. O espanhol, o alemão são, no entanto, línguas em que a cada *mas* corresponde uma palavra diferente: em espanhol, *pero* e *mas*, em alemão, *sonder* e *aber*.

Na Semântica da Enunciação distinguem-se, pois, dois sentidos de *mas*: o mas_{PA} e o mas_{SN} . O mas_{PA} se caracteriza por apresentar um raciocínio inferencial do tipo: a primeira sentença nos leva a supor uma certa conclusão e esta conclusão é negada pela segunda sentença. Retornemos ao exemplo (24): a afirmação de que João passou no concurso nos leva a imaginar que ele será contratado. Esta conclusão, suscitada pela primeira sentença, é negada pela segunda em que se afirma que ele não vai ser contratado.

O mas_{SN} estabelece outra relação semântica. Nele, a primeira sentença nega fortemente uma fala que supostamente a antecede e repara, na segunda sentença, o que foi dito na primeira. Tomemos a sentença (25):

(25) Pedro não está triste, mas ensimesmado.

Essa sentença se decompõe numa série de enunciadores. Um enunciador afirma que Pedro está triste (E_1 : Pedro está triste). Essa fala é negada pelo segundo enunciador (E_2 : E_1 é falsa). E um terceiro enunciador descreve o estado de Pedro (E_3 : Pedro está ensimesmado).

Intervalo V

Diga se o “mas” presente nas sentenças abaixo é PA ou SN. Justifique a sua resposta:

- (1) João não está cansado, mas deprimido.
- (2) João foi ao cabeleireiro, mas não cortou o cabelo.

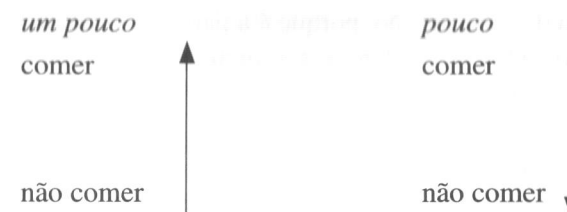
Descreva a negação nos seguintes exemplos:

- (1) O João não saiu.
- (2) O céu não está azul.

A Semântica da Enunciação também se consagrou por ter possibilitado a descrição de fenômenos que supostamente resistem a um tratamento formal. Os fenômenos que envolvem gradações, os fenômenos escalares, são possivelmente o exemplo mais prototípico. Vejamos um caso. Considere o par de sentenças a seguir:

- (26) João comeu pouco.
- (27) João comeu um pouco.

Segundo a Semântica da Enunciação, não seria possível atribuir uma análise formal a essas sentenças porque em termos informativos elas veiculam o mesmo conteúdo: João não comeu muito. No entanto, sabemos intuitivamente que elas não são equivalentes, porque não podemos substituir uma pela outra. Ao contrário, há contextos específicos para o uso de cada uma dessas formas, o que significa dizer que seus encadeamentos discursivos são distintos. Imaginemos a situação de um moleque que está ameaçado pelo pai: se não comer, não brinca. O pai pergunta para a mãe: “E o Joãozinho, comeu?”. Supondo que a mãe saiba da ameaça, se ela responde com (26), sua fala vai na direção de que ele não comeu: se ele comeu pouco, então ele não comeu. E o coitado do Joãozinho fica sem brincar. Se a mãe responde com (27), sua fala vai na direção de comer: se ele comeu um pouco (um tanto de comida), então ele comeu. E, portanto, ele pode brincar. A hipótese é de que os operadores *pouco* e *um pouco* direcionam diferentemente uma mesma escala de *comer* que vai de comer muito a não comer: *um pouco* direciona a escala no sentido de comer e *pouco* no de não comer.



Se a semântica da enunciação analisa sempre em termos de argumentação, então a fala da mãe com *um pouco* vai na direção de comer e, portanto, é um argumento a favor do menino sair para brincar, ao passo que com *pouco* a estrutura argumentativa é inversa.

Intervalo VI

Em termos de valor de verdade, as sentenças a seguir são idênticas. No entanto, do ponto de vista argumentativo, elas se comportam de forma bem diferente. Procure descrever a contribuição de sentido proporcionada pelo até nas sentenças:

- (1) O presidente do Brasil esteve na festa.
- (2) Até o presidente do Brasil esteve na festa.¹²

A partir da análise de “pouco” e “um pouco” reflita sobre o par:

- (1) João dormiu um pouco.
- (2) João dormiu pouco.

4. A SEMÂNTICA COGNITIVA

A Semântica Cognitiva tem como um de seus marcos inaugurais a publicação, em 1980, de *Metaphors we live by*, de George Lakoff e Mark Johnson¹³. Embora bastante recente, esse modelo semântico conta hoje com a participação de diversos pesquisadores, trabalhando nos diferentes níveis de análise da linguagem, da Fonologia à Pragmática. Parte-se, neste modelo, da hipótese de que o significado é que é central na investigação sobre a linguagem, chocando-se, portanto, com a abordagem gerativista, que defende a centralidade da Sintaxe¹⁴.

12. Para uma descrição deste operador argumentativo, ver Guimarães (1991).

13. Para uma apresentação da Semântica Cognitiva, ver Lakoff (1987). No Brasil, ver os trabalhos de Pontes (1990) e Lima (1997), entre outros.

14. Ver o capítulo “Sintaxe”, no volume 1 desta obra. O fato de que a Semântica Cognitiva está em franca oposição ao gerativismo impõe, como o leitor perceberá adiante, a discussão sobre aquisição da linguagem. Sobre este último tema, ver o capítulo “Aquisição da Linguagem”, neste volume.

A forma deriva da significação, porque é a partir da construção de significados que aprendemos, inclusive a lógica e a linguagem. Daí a Semântica Cognitiva se inscrever no quadro do funcionalismo.

A Semântica Cognitiva se opõe, pois, ao que Lakoff denomina Semântica Objetivista, aquela que, segundo o autor, prega que o significado se baseia na referência e na verdade, que entende verdade como correspondência com o mundo e que acredita na existência de apenas uma maneira objetivamente correta de associar símbolos e mundo. A Semântica Cognitiva quer combater a idéia, de fato presente em algumas abordagens formais, de que a linguagem está numa relação de correspondência direta com o mundo. O significado, se afirma na Semântica Cognitiva, não tem nada a ver com a relação de pareamento entre linguagem e mundo. Ao contrário, ele emerge de dentro para fora, e por isto ele é motivado. A significação lingüística emerge de nossas significações corpóreas, dos movimentos de nossos corpos em interação com o meio que nos circunda.

Estaria, então, a Semântica Cognitiva mais próxima dos postulados da Semântica da Enunciação, que insiste que o significado é o resultado dos jogos argumentativos na linguagem? Sim, se levarmos em consideração o fato de que ambas negam a hipótese da referência. No entanto, diferentemente da Semântica da Enunciação, a Semântica Cognitiva não se baseia na crença de que a referência é constituída pela própria linguagem, uma ilusão, portanto, nem na crença de que a linguagem é um jogo de argumentação. Lakoff define sua abordagem como realismo experiencialista e afasta sua proposta do relativismo. A hipótese central de que o significado é natural e experiencial se sustenta na constatação de que ele se constrói a partir de nossas interações físicas, corpóreas, com o meio ambiente em que vivemos. O significado, enquanto corpóreo, não é nem exclusiva, nem prioritariamente lingüístico.

A criança, na história da aquisição contada pela Semântica Cognitiva, inicialmente aprende esquemas de movimento e categorias de nível básico. Por exemplo, a criança se move várias vezes em direção a certos alvos. Desses movimentos, emerge um esquema imagético cinestésico (uma memória de movimento) em que há um ponto de partida do movimento, um percurso e um ponto de chegada. Esse esquema, que surge diretamente de nossa experiência corpórea com o mundo, ancora o significado de nossas expressões lingüísticas sobre o espaço. Assim sendo, o significado lingüístico não é arbitrário, porque deriva de esquemas sensorio-motores. São, portanto, as nossas ações no mundo que nos permitem apreender diretamente esquemas imagéticos espaciais e são esses esquemas que dão significado às nossas expressões lingüísticas.

Nossos deslocamentos de um lugar para outro, que ocorrem quando ainda não falamos, estruturam, pois, um esquema imagético, e portanto não-proposicional. Esse esquema Lakoff denomina CAMINHO¹⁵ e pode ser esquematizado como a seguir:

A (fonte do movimento) —————> B (alvo do movimento)

Muitos outros esquemas derivam diretamente de nossas experiências corpóreas no mundo. Por exemplo, o esquema de estar dentro e fora de algum lugar, chamado RECIPIENTE; o esquema de balanço, BALANÇO, aprendido em nossos ensaios para ficar em pé. São esses esquemas que dão sentido às nossas seqüências lingüísticas. Os dois primeiros exemplos a seguir são instâncias do esquema do CAMINHO, os dois últimos, do RECIPIENTE.

- (28) Fui do quarto para a sala.
- (29) Vim de São Paulo.
- (30) Estou em Florianópolis.
- (31) Nasceu no Brasil.

O que dá sentido às sentenças (28) a (31) não é uma relação de correspondência com o mundo, nem uma relação de dialogia com um outro, nem os encaixamentos discursivos, mas o fato de que em (28) e (29) está presente o esquema imagético CAMINHO, e em (30) e (31), o esquema RECIPIENTE. Esses esquemas, organizações cinestésicas diretamente apreendidas, carregam uma memória de movimentação ou de experiência. É essa memória que ampara nosso falar e pensar. Por isso, o significado é uma questão da cognição em geral, e não um fenômeno pura ou prioritariamente lingüístico. A linguagem articulada não é mais que uma das manifestações superficiais da nossa estruturação cognitiva, que lhe antecede e dá consistência.

Mas nem todos os nossos conceitos resultam diretamente de esquemas imagético-cinestésicos. Basta lembrarmos o conceito de argumentação para notarmos que não há um esquema sensorio-motor que o ancore diretamente. Há, pois, domínios da experiência cuja conceitualização depende de mecanismos de abstração. A Semântica Cognitiva privilegia dois mecanismos: a metáfora e a metonímia. A metáfora define-se por ser o mapa (um conjunto de correspondências matemáticas) entre um domínio da experiência e outro domínio. Adotemos a metodologia da Semântica Cognitiva, e examinemos, em primeiro lugar, algumas sentenças sobre o tempo.

15. Na Semântica Cognitiva, os conceitos e esquemas são sempre apresentados em caixa alta.

- (32) De ontem para hoje, o José ficou doente.
 (33) A conferência foi de segunda a sábado.

Se observarmos essas e outras sentenças, notaremos que nosso conceito de tempo se estrutura via o esquema espacial do CAMINHO. Nesse sentido, as sentenças (32) e (33) são metafóricas, porque nelas o tempo é conceituado a partir de correspondências com o esquema espacial. Falamos, pensamos e agimos sobre o tempo como se ele fosse uma linearidade, como uma reta direcionada para o futuro. De tal sorte que há o ponto de partida do movimento temporal, *ontem* em (32), *segunda* em (33), um percurso, o tempo decorrido entre os dois pontos, e um ponto de chegada, *hoje* em (32), *sábado* em (33).

Nas sentenças (32) e (33), o esquema CAMINHO foi mapeado para o domínio do tempo. Ele pode, no entanto, ser mapeado para outros domínios. É esse esquema que utilizamos para expressar passagens de um estado emocional a outro, como na sentença (34) a seguir. Ele também está presente na estruturação de nosso conceito de transferência de posse, como em (35):

- (34) João foi de mal a pior.
 (35) João deu este presente para a Maria.

Já deve estar claro que não apenas o termo “metáfora” tem um sentido especial na Semântica Cognitiva, mas principalmente que neste modelo nosso falar e pensar cotidianos são, na sua maior parte, metafóricos. De modo que metáfora não se refere àquelas frases que, na escola, aprendemos a classificar como metáfora. A sentença “Maria é uma flor” é uma metáfora lingüística para a Semântica Cognitiva, porque ela expressa uma maneira fantasiosa de falar, não uma metáfora conceitual. A metáfora, para a Semântica Cognitiva, é um processo cognitivo que permite mapearmos esquemas, aprendidos diretamente pelo nosso corpo, em domínios mais abstratos, cuja experimentação é indireta. É por isso que as sentenças de (32) e (35) são metafóricas. Nelas há o mapeamento de um domínio mais concreto da experiência, o domínio organizado pelo esquema imagético CAMINHO, na conceituação de domínios da experiência que são mais abstratos, o tempo, o estado de saúde, a posse. Nesses exemplos, percebemos a ubiquidade da metáfora.

A propriedade fundamental da metáfora/mapa é preservar as inferências do domínio fonte no domínio alvo, desde que não haja violação da estrutura inerente ao domínio alvo. Assim, se mapeamos o esquema CAMINHO no tempo, então podemos esperar que neste domínio se estabelece uma organização espacial em que as inferências do espaço se mantêm. Trata-se da Hipótese da Invariância. Por exemplo: se eu vou daqui para ali, e este esquema é mapeado

no tempo, então eu também devo poder me mover no tempo de um ponto de partida A em direção a um ponto B. Se entre os pontos espaciais A e B há posições intermediárias, então também entre o ponto A e B na linha do tempo há pontos intermediários. Além de explicar as inferências, essa hipótese procura justificar o fato de que há aspectos que não são mapeados. Podemos mapear o espaço no tempo, mas certas relações espaciais serão bloqueadas por causa da própria estrutura do tempo. Assim, não posso dizer “chegou embaixo da hora”.

Como, então, se explicaria, neste modelo, a estrutura de inferência apresentada no primeiro exemplo deste texto, reproduzido a seguir?

- (36) Todo homem é mortal.
 João é homem.
 Logo, João é mortal.

A explicação é que essas sentenças refletem a presença do esquema imagético RECIPIENTE, em que há recipientes nos quais podemos entrar e sair. A base corpórea sustentando este esquema é o fato de que estamos sempre em algum lugar e que nosso próprio corpo é um recipiente. Assim, entendemos a primeira premissa como “o conjunto de homens está dentro do recipiente dos mortais”; a segunda afirma “João está dentro do conjunto dos homens”. Num esquema de boneca russa, uma dentro da outra. Note que nesse modelo é o nosso corpo que dá sentido para as relações lógicas.

A título de exemplo da metodologia de análise na Semântica Cognitiva, apresentamos uma possibilidade de descrição do conectivo *mas*. Sua descrição inicia com um levantamento de suas várias possibilidades de uso. Uma pesquisa etimológica, resgatando a história desse conectivo, seria também interessante. Considere como dado a sentença (25), “Pedro não está triste, mas ensimesmado”. Etimologicamente, segundo Vogt (1977), *mas* deriva da expressão latina *magis quam* que estabelecia a comparação de superioridade: isso é mais do que aquilo. Se adotamos a hipótese de que os usos mais antigos são aqueles mais próximos do físico, então é o esquema corporal do BALANÇO que dá sustentação ao *mas*: pesamos duas coisas e a balança pende para uma delas. No caso do exemplo (25), a balança pende para o lado do ensimesmado: se pesamos os dois, Pedro é mais ensimesmado do que triste. Uma vez estabelecida que essa é a base física, resta-nos dar conta de suas extensões metafóricas¹⁶.

16. O trabalho de Sweetser (1991) sobre os modais em inglês é talvez uma das mais brilhantes peças da Semântica Cognitiva. Nesse trabalho ela mostra, por evidências etimológicas, e também pelos diferentes usos dos modais que sua compreensão se sustenta num esquema da FORÇA.

Intervalo VII

Considere as sentenças a seguir:

(1) Gastei cinco horas para chegar aqui.

(2) Economizei duas horas por este caminho.

Descreva essas sentenças a partir do arcabouço teórico proporcionado pela Semântica Cognitiva.

Ache exemplos que confirmem a existência da metáfora conceitual ARGUMENTAÇÃO É UMA GUERRA.

Dissemos que há dois primitivos na teoria da Semântica Cognitiva: os esquemas imagéticos e as categorias de nível básico. Sobre os primeiros já falamos e mostramos que eles se estendem via metáfora. Resta-nos agora tratar das categorias de nível básico. Sua discussão é importante, porque ela toca na questão da categorização, um problema caro à Semântica Formal.

Mas qual é o problema da categorização? O problema é explicar que critérios permitem que um dado exemplar faça parte de uma certa categoria (ou conceito). Ilustremos esse problema: como é que determinamos que um indivíduo particular pertence à classe dos homens? Como é que sabemos que João é humano? Na visão tradicional, aquela que se encontra na Semântica Formal clássica, um termo genérico como *homem* não se refere a um indivíduo em particular, mas a todos os indivíduos que possam ser alcançados por meio de certas propriedades, necessárias e suficientes, instanciadas por *homem*. Sabemos que João pertence à classe dos humanos porque ele tem certas propriedades que só os humanos têm. A essas propriedades, que definem o conteúdo semântico de um termo genérico, a Semântica Formal dá o nome de intensão. A intensão permite alcançarmos uma classe de objetos no mundo. A esta classe damos o nome de extensão. Você certamente percebeu que há um paralelo com os conceitos de sentido e referência que definimos no início deste capítulo, não?

No caso de *homem*, sua extensão são os vários humanos no mundo, as entidades extralingüísticas. E qual seria a sua intensão? Suas propriedades essenciais. Além da delicada questão filosófica que aí se esmiuça — afinal, existem mesmo propriedades essenciais? —, esta abordagem enfrenta o difícil problema de determinar com certo grau de segurança quais são as propriedades necessárias e suficientes para que algo pertença a uma certa categoria. Pergunte-se: o que faz uma pessoa ser parte da categoria HUMANO? O fato de compartilhar com todos os outros seres humanos certas propriedades e, ao mesmo tempo, de se distinguir, por meio dessas propriedades, de todos os demais seres. Eis a resposta da Semântica Formal clássica. Pare um instante de ler e pense:

mas que propriedades são essas? A questão não é trivial e tem recebido as mais diferentes respostas ao longo dos séculos. Já se afirmou que a categoria HUMANO se define pela presença de duas propriedades “ser bípede” e “ser implume”: pertencer à classe dos humanos é ter dois pés e não ter penas. De fato, essas propriedades permitem distinguir um homem de um cachorro e de um pato. No entanto, é muito fácil achar exemplos de seres humanos que, ao menos aparentemente, não preenchem essas condições. Basta imaginar um perneta; alguém com uma única perna continua a ser humano ou não? E se, por uma mutação genética qualquer, um ser humano nascesse com algumas plumas, ele deixaria de ser um humano? Já deu para o leitor ter uma idéia do problema?

Sem dúvida alguma foi Ludwig Wittgenstein, em *Investigações filosóficas*, quem problematizou com maior maestria o problema das categorias. Ele se perguntou sobre quais seriam as propriedades definidoras da categoria *jogo*, levando em consideração os vários usos que a palavra pode ter. Tente se lembrar de tudo o que você chama de *jogo*: amarelinha, palavra cruzada, vôlei, damas, solitário, futebol. E agora veja se você consegue descobrir uma única propriedade que seja comum a todas as atividades que denominamos *jogo*, isto é, uma propriedade necessária porque presente em todos os exemplos de *jogo*. Se você disser “divertimento”, eu retruco com roleta-russa. Se você falar em “competição”, eu lembro os jogos de amarelinha e os solitários. Imaginemos, no entanto, que você me convença de que a propriedade comum a todos os exemplos de *jogo* seja divertimento. Mas divertimento é uma propriedade tão genérica que é insuficiente para separar a classe dos jogos de outras classes. Não conseguimos distinguir *jogo* de *divertimento* se divertimento é o traço, já que há coisas divertidas que não são jogos: ir ao cinema é divertido e não é um jogo. Parece que se houver uma propriedade comum a todos os usos de uma palavra, uma propriedade necessária, ela não será suficiente para delimitar a classe. Com base nessa constatação, Wittgenstein propôs que as categorias se organizam por relações de semelhanças de família. Os usos de uma mesma palavra se assemelham da mesma forma que os membros de uma família. Não é necessário que os membros compartilhem a mesma propriedade para pertencerem todos à mesma família, nem mesmo o sobrenome.

A Semântica Cognitiva baseia-se nessa constatação para negar a abordagem clássica da categoria. Ela se ancora fortemente em evidências psicológicas para assegurar a posição de que não categorizamos por meio do estabelecimento de propriedades necessárias e suficientes. O trabalho de Berlin e Kay sobre as cores, assim como as pesquisas de Eleanor Rosch (Lakoff, 1987) apontam para fatos que contradizem as predições da categorização por propriedades ne-

cessárias e suficientes. Vejamos um exemplo. Se peço para você me dar um exemplo de pássaro, você com certeza não vai dizer *pingüim*, a menos que você seja um semanticista. Por que não? Por que as pessoas tendem a responder perguntas sobre categorias com certos elementos e não com outros? Os experimentos de Rosch trouxeram uma resposta a essas questões. A abordagem formal clássica não pode dar uma explicação para esse fato, porque para ela as categorias se organizam por propriedades necessárias e suficientes, e, se é assim, então todos os membros de uma categoria devem ter o mesmo valor. Isso significa que as pessoas deveriam responder aleatoriamente, ora *pardal*, ora *pingüim*, ora *galinha* ao meu pedido de exemplo de pássaro. Mas as pessoas respondem preferencialmente *pardal* e muito raramente *pingüim*¹⁷.

Baseado nesses resultados, formulou-se a hipótese de que os conceitos se estruturam por protótipos. Em outros termos, quando classificamos não recorremos ao estabelecimento de condições necessárias e suficientes, mas nos escoramos em casos que são exemplares, que são os mais reveladores da categoria. É por isso que respondemos com *pardal* ao pedido de exemplificação de pássaro: *pardal* é muito mais exemplar de pássaro do que *pingüim*. Há vários motivos para a nossa preferência por *pardal*: *pardal* voa e os pássaros em geral voam, *pardal* é um pássaro que a gente vê sempre, é familiar. As categorias se estruturam, pois, por meio de um caso mais prototípico que se relaciona via semelhanças com os outros membros. *Pardal* é o membro central da categoria PÁSSARO, ao passo que *pingüim* ocupa posição periférica.

Mas como é que a criança aprende essas categorias? Ela aprende primeiramente as categorias de nível médio, porque é com objetos desse tipo de categoria que temos contato físico direto. Mais uma vez com base em experimentos da Psicologia, a Semântica Cognitiva afirma que aprendemos categorias de nível básico diretamente, porque elas não indicam nem as categorias mais abstratas, nem as categorias mais específicas. Aprendemos primeiro e diretamente categorias como *cachorro* e *mesa* e só posteriormente, pelo processo de metonímia, as categorias genéricas *animal* e *móveis* e as particulares como *boxer* e *mesa de cabeceira*. Da mesma forma que a metáfora é o processo para estender os esquemas imagéticos, a metonímia estende as categorias. Também aqui metonímia não se refere à figura de linguagem que aprendemos nos manuais de retórica ou nas gramáticas tradicionais. Trata-se antes de um processo cognitivo que permite criar relações de hierarquias entre conceitos. A sentença (37) é um exemplo de metonímia:

(1) O governo decretou o fim do auxílio desemprego.

É, pois, por meio dos processos cognitivos da metáfora e da metonímia que estendemos nossos esquemas e categorias para além das nossas experiências físicas imediatas na direção da abstração.

Intervalo VIII

Procure mostrar que a propriedade “voar” não é nem necessária nem suficiente para que algo pertença à categoria AVE.

Procure descrever, a partir do conceito de protótipo, a categoria MÃE.

Explique por que a sentença a seguir é uma metonímia:

(1) A Maria saiu com o seu animal de estimação.

Vamos agora nos contentar em apresentar em suas linhas gerais a abordagem cognitiva das pressuposições. Sobre esse assunto a grande contribuição tem sido de Gilles Fauconnier (1985)¹⁸. Este autor parte da hipótese de que na interpretação formamos espaços mentais, estruturas conceituais que descrevem como os falantes atribuem e manipulam a referência, dentre elas as descrições definidas. Em conformidade com os postulados da Semântica Cognitiva, o significado não está na linguagem, antes, a linguagem é como um método, uma receita, que permite a identificação de uma estrutura cognitiva subjacente. Para dar conta da referência, Fauconnier propõe que durante a interpretação construímos domínios ou espaços mentais nos quais ela ocorre. Suponha a sentença:

(38) Júlio César conquistou o Egito.

Na interpretação de (38) criamos um espaço mental em que *Júlio César* se refere ao personagem histórico. O que ocorre se repentinamente passamos a falar do personagem de Shakespeare, como na sentença (39)?

(39) Na peça de Shakespeare, Júlio César conquistou o Egito.

Neste caso, diz Fauconnier, abrimos um novo espaço mental, em que *Júlio César* não se refere ao personagem histórico, mas ao ficcional.

É a partir desse arsenal teórico que Fauconnier propõe uma análise distinta das pressuposições, já que elas nem estabelecem referência com entidades no mundo, nem são procedimentos argumentativos; são antes entidades mentais/

17. Sobre a categorização, ver Taylor (1989).

18. Para uma descrição detalhada, ver Fauconnier (1985).

cognitivas. Sem entrar nos detalhes, retornemos à sentença sobre Maria ter parado de fumar, a sentença (16). Dissemos, então, que a sentença veiculava a pressuposição de que Maria fumou um dia. Mostramos que a sentença negativa pode ser descrita como comportando uma ambigüidade: ou negamos a pressuposição, Maria não fumava antes, ou negamos o predicado, Maria não parou de fumar. Na Semântica Cognitiva, a pressuposição é descrita como significados que se transferem de um espaço mental para outro. No caso da sentença (16), estaríamos diante de dois espaços mentais: um em que está a pressuposição de que Maria já fumou; outro que diz que ela parou de fumar. No caso de negarmos o primeiro espaço mental, isto é, Maria nunca fumou, a pressuposição não é transportada para o segundo espaço mental. Já, se Maria fumou um dia, então a pressuposição é carregada para o segundo espaço mental, e a negação incide sobre o fato de ela ter parado de fumar.

O mesmo raciocínio se aplica ao caso do presidente do Brasil. Formamos, na interpretação, dois espaços mentais: um em que há um e apenas um presidente, independentemente de haver de fato um presidente, isto é, independentemente da relação de referência. Essa sentença, que se originou no espaço mental A, ou permanece nesse espaço mental, se por exemplo negamos que há um presidente, ou ela se move até o espaço mental B, em que se afirma que o presidente do Brasil é sociólogo, e se torna uma pressuposição de B; nesse caso, a negação só poderá atingir a afirmação de que ele é sociólogo.

5. UMA RÁPIDA CONCLUSÃO

Na introdução dissemos que nossa intenção era apresentar fenômenos que já fazem parte do campo da Semântica, independentemente do modelo adotado. O que muda é a forma de descrever o fenômeno. Esse é o caso dos problemas levantados com relação à referência, à pressuposição, às definições definidas, à categorização, e a outros fenômenos aqui abordados. Ao apresentarmos como esses problemas são descritos de modos diferentes, queríamos mostrar as linhas mestres dos modelos semânticos atuais: o modelo formal, o modelo enunciativo e o modelo cognitivo. Se conseguimos apresentar esse quadro minimamente, acreditamos que você, leitor, tem condições de seguir em frente, de aprofundar (veja aí uma metáfora para a Semântica Cognitiva) seus estudos. É por isso que apresentamos, ao longo deste capítulo, várias referências bibliográficas que permitem iniciar um estudo menos superficial em cada um dos modelos apresentados. Contamos ainda ter mostrado que, na Lingüística contemporânea, não há nem uma resposta única para o problema do significado, nem uma metodologia

única para descrevê-lo. Essa pluralidade de modelos transparece também no fato de que, muitas vezes, aquilo que é problema para um modelo não o é para outro. É esse o caso da categorização, que interessa à Semântica Formal e à Semântica Cognitiva, mas que é secundário na Semântica da Enunciação.

Finalmente, se não for esperar demais, esperamos ter deixado o leitor com a “pulga atrás da orelha”, com uma certa certeza de que qualquer descrição semântica está necessariamente engajada numa visão da linguagem, o que implica uma explicação para a relação entre linguagem e mundo, linguagem e conhecimento. Adotar a abordagem da Semântica Formal não é apenas utilizar o instrumental lógico para descrever a linguagem — o que em si poderia ser feito por quaisquer das abordagens aqui propostas —, mas assumir que a linguagem natural se estrutura logicamente. E aí reside um ponto bastante questionável. É verdade que a linguagem tem uma estrutura, mas que ela seja lógica... Se adotamos o ponto de vista da Semântica da Enunciação ou da Semântica Cognitiva, jogamos fora a idéia de que a verdade tem algo a ver com o significado, de que o extralingüístico tem um papel na determinação do significado. Esse também é um postulado polêmico. Na Semântica da Enunciação, o significado é descrito nas relações de dialogia, de argumentatividade. Ele não serve, pois, para apontar algo no mundo exterior, mas para convencer, para seduzir o outro. Enredado na linguagem, não há como transcendê-la. No modelo da Semântica Cognitiva também abandonamos a idéia de verdade como dando suporte ao significado. O significado está no corpo que vive, que se move, que está em várias relações com o meio e não na correspondência entre palavras e coisas.

Que a heterogeneidade pode tornar as coisas mais complicadas para aqueles que querem fazer semântica é certo, mas ela pode também ajudar a ver que talvez a linguagem seja de fato um objeto muito complexo. Tão complexo que somente deixando coexistir diferentes abordagens, somente espiando a linguagem por diferentes buracos de fechadura, poderemos um dia chegar a compreendê-la melhor.

RESPOSTAS

Intervalo I: A referência de *a capital da França* e *Paris* é Paris, o objeto no mundo. Atente para a distinção entre linguagem e objeto. A referência de *Paris é a capital da França*, uma sentença, é o verdadeiro, porque de fato Paris é a capital da França. Eis alguns exemplos de sentido para descrever o Rio de Janeiro: *Rio de Janeiro, a capital do Império, a cidade mais violenta do Brasil.*

Intervalo II: Há várias possibilidades de recortar a primeira sentença: ser casado com (predicado de dois lugares), ser casado com Maria (predicado de um lugar), João ser casado com (predicado de um lugar). A segunda sentença é um exemplo de predicado de um lugar: ser brasileiro. Cuidado aqui porque não é possível recortar a sentença como ___ é ___, pois *brasileira* não é um nome próprio, não tem sentido completo, nem referência. A última sentença pode ser recortada de três formas: Oscar é jogador de, ser jogador de, ser jogador de basquete.

Em “Todo homem é casado com alguma mulher”, para todo elemento do conjunto dos homens corresponde um elemento do conjunto das mulheres. Neste caso, o universal tem escopo sobre o existencial. Já em “Um homem é casado com todas as mulheres”, afirmamos que há um único homem que é casado com todos os elementos do conjunto mulheres. Neste caso, o existencial tem escopo sobre o universal. Finalmente na última sentença temos um caso de ambigüidade: Maria só não dançou com o João ou Maria dançou não só com o João.

Intervalo III: Teremos:

(1) Não é o caso de que (há um e apenas um rei da França e ele é calvo).

O operador de negação tem escopo sobre o definido.

(2) Há um e apenas um rei da França e não é o caso que (ele é calvo).

O definido tem escopo sobre a negação.

Há pressuposição factiva na sentença “João lamenta a morte do pai”, porque para ser verdadeira ou para ser falsa é preciso que seja verdade que o pai de João tenha morrido. Falamos em pressuposição factiva quando a sentença pressupõe que houve um evento.

Intervalo IV: Segundo a Semântica da Enunciação, a sentença pode comportar uma negação polêmica — Meu livro não foi reeditado, porque não tenho livro — ou uma negação metalingüística — Não é verdade que meu livro foi reeditado. A sentença exhibe a seguinte estrutura:

E_1 : Eu tenho um livro.

E_2 : Este livro foi reeditado.

O enunciador E_3 pode ou negar E_1 ou negar E_2 .

A Semântica Formal descreveria esta sentença como ambígua. Num caso, a negação teria escopo sobre a pressuposição de que eu escrevi um livro, no outro, ela incidiria sobre a afirmação de que ele foi reeditado. Fala-se aqui de duas formas lógicas distintas.

Intervalo V: A primeira sentença é um caso de mas_{SN} , porque há presença de um enunciador que nega fortemente a fala “João está cansado” e outro que repara a descrição desta fala: “João está deprimido”.

Na segunda trata-se de um mas_{PA} , porque a primeira sentença, “João foi ao cabeleireiro”, nos leva a imaginar que João cortou o cabelo, precisamente a conclusão que é negada na segunda parte da sentença.

A sentença “João não saiu” pode comportar diferentes tipos de negação, dependendo do encadeamento discursivo em que ela aparece. A negação pode ser descritiva ou metalingüística. O mesmo vale para a negação em “O céu não está azul” que, dependendo do encadeamento lingüístico, pode ser descritiva ou metalingüística.

Intervalo VI: Em termos argumentativos, (1) e (2) são bastante diferentes. A contribuição de sentido proporcionada pelo *até* está no fato de que ele pressupõe uma escala de valores, em que o presidente do Brasil está no topo. De modo que a presença do presidente é um argumento para a conclusão de que a festa foi um sucesso.

Na sentença (1) seguinte, argumenta-se em favor da tese de que João dormiu; ao passo que, na sentença (2), a escala argumentativa vai na direção do argumento “João não dormiu”.

Intervalo VII: As sentenças manifestam a presença de uma metáfora conceitual: TEMPO É DINHEIRO, tanto que podemos gastá-lo, economizá-lo, empregá-lo mal, investir nele...

Há muitos exemplos que confirmam a metáfora conceitual ARGUMENTAÇÃO É UMA GUERRA. Eis alguns: “Vou defender minha tese hoje”; “Ele não soube se defender da acusação”; “Ele atacou meu ponto de vista”.

Intervalo VIII: Há aves que não voam, portanto, voar não é uma propriedade essencial das aves. Há outras coisas que voam e não são aves, por exemplo os insetos. De onde se conclui que essa propriedade não é suficiente para caracterizar a categoria AVE.

A categoria MÃE se organiza ao redor da idéia de progenitora e de ser aquela que cuida da criança, a provedora.

Há metonímia porque animal de estimação é uma categoria superordenada com relação à categoria de nível básico.

BIBLIOGRAFIA

- BORGES, J. B. *Adjetivos. Predicados extensionais e predicados intensionais*. Campinas, UNICAMP, 1991.
- DUCROT, O. *Princípios de Semântica lingüística (dizer e não dizer)*. São Paulo, Cultrix, 1979.
- _____. *O dizer e o dito*. Campinas, Pontes, 1987.
- FAUCONNIER, G. *Mental spaces*. Cambridge, MIT Press, 1985.
- FREGE, G. *Lógica e filosofia da linguagem*. São Paulo, Cultrix, 1978.
- GUIMARÃES, E. *Texto e argumentação — um estudo das conjunções do português*. Campinas, Pontes, 1991.
- HAACK, S. *Philosophy of logics*. Cambridge, Cambridge University Press, 1978.

- ILARI, R. Estruturalismo e semântica. In: MARI, H., DOMINGUES, I. & PINTO, J. (orgs.) *Estruturalismo: memória e repercussões*. Rio de Janeiro, Diadorim, 1995.
- _____. Pela primeira vez, e suas complicações sintático-semânticas. *D.E.L. T.A.*, v. 14, n. especial, pp.133-153, 1998.
- ILARI, R. & GERALDI, J. W. *Semântica*. São Paulo, Ática, 1985.
- LAKOFF, G. & JOHNSON, M. *Metaphors we live by*. Chicago, The Chicago University Press, 1980.
- LAKOFF, G. *Women, fire and dangerous things. What categories reveal about the mind*. Chicago, The Chicago University Press, 1987.
- LIMA, P. L. C. O substantivo *cabeça* relacionado à razão/emoção no sistema conceitual do inglês e do português. *Anais do 1º Encontro do CELSUL*, v. 1, pp.723-733, 1997.
- LYONS, J. *Semântica I*. Lisboa, Presença, 1977.
- KEMPSON, R. *Teoria semântica*. São Paulo, Zahar, 1980.
- KOCH, I. *Argumentação e linguagem*. Cortez, São Paulo, 1984.
- NEGRÃO, E. V. Tem uma história que eu quero contar que começa assim: peculiaridades de uma construção existencial. *Cadernos de Estudos Lingüísticos*, n. 22., pp. 81-90, 1992.
- PIRES DE OLIVEIRA, R. Um história de delimitações teóricas: trinta anos de Semântica no Brasil. *D.E.L.T.A.*, vol. 15. n. especial, p. 291-322, 1999.
- OGDEN, C. K. & RICHARDS, I. A. *O significado de significado. Um estudo da influência da linguagem sobre o pensamento e sobre a ciência do simbolismo*. Rio de Janeiro, Zahar, 1976.
- PONTES, E. *A metáfora*. Campinas, UNICAMP, 1990.
- PUTNAM, H. The meaning of meaning. In: *Language, mind and knowledge*. Cambridge, Cambridge University Press, 1975.
- SAEED, J. I. *Semantics*. Oxford, Blackwell, 1997.
- SWEETSER, E. E. *From etymology to pragmatics*. Cambridge, Cambridge University Press, 1991.
- TAYLOR, J. R. *Linguistic categorization: prototypes in linguistic theory*. Oxford, Oxford University Press, 1989.
- VOGT, C. *O intervalo semântico*. Campinas, Hucitec, 1977.

2

PRAGMÁTICA

Joana Plaza Pinto

1. LINHAS GERAIS

De que tratam os estudos lingüísticos que se classificam como “pragmáticos”, ou pertencentes à área da Pragmática? Essa é uma pergunta que pode gerar respostas tão variadas quanto o número de pessoas que se dispuserem a respondê-la. Um número muito grande de trabalhos, com temas e objetivos os mais diversos, circula nos periódicos e outras publicações declaradamente inseridos no domínio da Pragmática. Pode-se, no entanto, a partir de um grupo mais ou menos coeso desses estudos, procurar delimitar a Pragmática, admitindo a diversidade. Vamos assim tentar compreender um pouco da história da constituição dessa área tão heterogênea, procurando ao mesmo tempo evidenciar o que, em meio a diferentes perspectivas, torna possível reconhecer certos tipos de estudos lingüísticos como pragmáticos.

Mesmo que se admita a variedade presente na Pragmática, também se deve admitir que as autoras e autores desse domínio têm certos pressupostos em comum. Haberland & Mey (1977), editores do *Journal of Pragmatics*, na primeira edição desse periódico, afirmam que a Pragmática analisa, de um lado, o uso concreto da linguagem, com vistas em seus usuários e usuárias, na prática lingüística; e, de outro lado, estuda as condições que governam essa prática. Assim, em primeiro lugar, a Pragmática pode ser apontada como *a ciência do uso*